

Spread do México não é aceito

Washington (Do enviado especial) — A taxa de risco de 0,812 por cento que o México acertou com os bancos credores está no pacote de renegociação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que juntamente com o ministro da economia argentino, Juan Sourruille, reuniu-se com o ministro mexicano, Gustavo Petricioli, para se informarem dos detalhes do acordo fechado em princípio na noite de segunda-feira.

Funaro lembrou que o Brasil está encaminhando sua próxima renegociação externa "de forma diferente", inclusive porque não há semelhança entre as situações dos dois países. Ao contrário do México, que estava sem divisas por causa da queda do petróleo que exporta, o Brasil tem reservas (estimadas fora do governo em nove bilhões de dólares) e conta com um balanço de pagamentos equilibrado, não precisando pedir dinheiro novo, além de ter uma situação interna positiva.

O ministro da Fazenda e Crédito Público do México informou que dentro de aproximadamente quatro semanas estarão concluídos termos técnicos do acordo de reestruturação da dívida externa, para que todos os bancos possam aderir. O México tinha que fechar o acordo até o dia 29 para que o Fundo Monetário Internacional considerasse válidos os termos de sua carta de intenção, mas

o adiamento por vinte e quatro horas acabou aceito sem maiores problemas.

Pelas contas do ministro Petricioli, o pacote de rolagem do México totaliza 77,75 bilhões de dólares, equivalentes a cerca de 80 por cento de sua dívida externa, dos quais 43,7 bilhões de dólares correspondem às amortizações do saldo do débito anteriores a 1983 e outros 8,55 bilhões referem-se a obrigações contraídas entre 1983 e 1984. Além disso, estão incluídos no pacote 11,2 bilhões de dólares correspondentes à dívida do setor privado com garantia oficial, bem como 6 bilhões de dólares da dívida de curto prazo (depósitos em bancos mexicanos no exterior, que serão mantidos).

Os bancos concordaram, ainda, em princípio, em fornecer mais 6 bilhões de dólares sob a forma de "dinheiro novo" ao longo dos próximos quinze meses, que serão pagos com prazo de doze anos (incluindo cinco de carência), ao custo de 0,812 por cento sobre a taxa interbancária de Londres (Libor). O México espera ainda rolar no futuro outros seis bilhões de dólares junto a organismos multilaterais e ao Clube de Paris, que não estão no total de 77,75 bilhões.

Para se chegar a este total devem ser incluídos ainda 600 milhões de dólares que o México receberá do FMI para sustentar os investimentos públicos caso

o preço do petróleo exportado caia no exterior para menos de nove dólares o barril, e outros 1,2 bilhão de dólares para a mesma finalidade e sob as mesmas condições, que viriam dos bancos privados. O FMI concordou também em colocar mais 500 milhões de dólares à disposição do governo mexicano caso a economia dê sinais de desaceleração no ritmo de crescimento, em consequência do ajuste interno e dos problemas com o preço do petróleo. Esta avaliação será feita em março de 1987.

O total de 52,81 bilhões de dólares, correspondentes à dívida pública até o ano passado, será agora transformado em novos empréstimos de longo prazo. Quase 44 bilhões de dólares dessa soma, equivalentes a débito do setor público apenas com os bancos comerciais, serão rolados com prazo de vinte anos e sete de carência, durante os quais o México pagará somente os juros de mercado. A partir do oitavo ano começará a pagar também as amortizações do principal, com o último vencimento marcado para o ano dois mil e seis. O acordo mexicano incluiu ainda a transferência de dívidas equivalentes a 6,4 bilhões de dólares, contratadas em 1983 e 84 com base na Prime Rate (taxa preferencial americana), para a Taxa do Mercado Londrino (Libor), que é mais baixa.